

Ricardo de Carvalho Aprigliano

FUNDAMENTOS PROCESSUAIS DA ARBITRAGEM

EDC 
EDITORA DIREITO
CONTEMPORÂNEO

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo Felipe Toledo Moreira
Editora Cristiane Faria
Revisão Juliana Bianco
Produção gráfica Microart Design Editorial
Impressão e encadernação Edições Loyola

© desta edição [2023]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 30.07.2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aprigliano, Ricardo de Carvalho

Fundamentos processuais da arbitragem / Ricardo de Carvalho
Aprigliano. -- Curitiba, PR : Editora Direito Contemporâneo, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-85269-02-5

1. Arbitragem 2. Arbitragem (Direito) 3. Arbitragem (Direito) - Leis e
legislação - Brasil 4. Normas processuais (Direito) I. Título.

23-164144

CDU-347.918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem - Direito processual 347.918
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária CRB-1/3129

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
PARTE I	
Introdução	17
Plano da obra.....	23
Capítulo 1. A ideia da autonomia do processo arbitral e seu isolamento em relação às regras do processo estatal	25
1. Quais as normas processuais aplicáveis à arbitragem doméstica?.....	25
2. A regulação do processo arbitral na arbitragem internacional.....	34
3. Conclusões parciais: nem o isolamento conceitual, nem a aplicação automática das regras processuais gerais. <i>Virtus in medio</i>	46
2. A insuficiência da Lei de Arbitragem para regular o processo arbitral.	53
1. Estrutura fundamental da Lei de Arbitragem.....	53
1.1 Instauração da arbitragem.....	57
1.2 A indicação dos árbitros.....	61
1.3 O procedimento arbitral.....	64
1.4 Tutelas cautelares e de urgência.....	70
1.5 Sentença arbitral e os pronunciamentos dos árbitros.....	72
1.6 Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras.....	75
2. Conclusões parciais.....	76

PARTE II

Capítulo 3. A arbitragem na teoria geral do processo.....	81
1. Considerações introdutórias	81
2. Normas processuais gerais como fonte subsidiária do processo arbitral no direito brasileiro.....	84
3. Hipóteses e extensão da aplicação subsidiária do CPC a outros diplomas processuais e a outras modalidades de processo	93
4. A falta de remissão, na Lei de Arbitragem, ao Código de Processo Civil, não determina a inaplicabilidade das suas regras ao processo arbitral, em caráter excepcional e subsidiário. De novo, a impropriedade técnica do isolamento conceitual do processo arbitral.....	102
5. Institutos fundamentais da Teoria Geral do Processo aplicados ao processo arbitral.....	109
5.1 Jurisdição.....	110
5.2 Ação.....	126
5.3 Defesa.....	139
5.4 Processo.....	144
5.4.1 Distinção entre processo e procedimento.....	151
5.4.2 Aplicações à arbitragem da distinção entre processo e procedimento ...	155
6. O falso dilema da processualização da arbitragem.....	159
 Capítulo 4. Princípios processuais aplicáveis ao processo arbitral.....	 169
1. Considerações introdutórias	169
2. Os princípios processuais aplicáveis ao processo arbitral.....	171
2.1 Inafastabilidade da tutela jurisdicional	180
2.2 Devido processo legal	183
2.3 Contraditório.....	189
2.4 Ampla defesa	199
2.5 Igualdade.....	201
2.6 Imparcialidade.....	205
2.7 Juiz natural.....	218
2.8 Fundamentação das decisões	220
2.9 Vedação às provas ilícitas	222
2.10 Duração razoável do processo.....	224
2.11 Publicidade	225
3. Regras processuais (e não princípios) aplicáveis ao processo arbitral	228
4. Visão crítica da noção de que os princípios processuais, juntamente com as disposições da LARAB, são suficientes para regular o processo arbitral.....	234

PARTE III

Capítulo 5. O modo de ser do processo arbitral		241
1. Introdução		241
2. Aplicações práticas		242
2.1 Demanda		242
2.2 Efeitos processuais e materiais da citação		247
2.3 Representação das partes e dos procuradores		250
2.4 Atos processuais e seu regime de efeitos		252
2.5 Idioma		253
2.6 Pluralidade de partes		254
2.7 Resposta		257
2.8 Revelia		260
2.9 Preclusão		263
2.10 Disciplina geral da Prova		268
2.11 Meios de prova		275
2.12 Produção antecipada da Prova		282
2.13 A instrumentalidade das formas no processo arbitral		287
2.14 Poderes dos árbitros		288
2.15 Tutela Provisória		293
2.16 Fundamentação das decisões arbitrais		295
2.17 Vinculação dos árbitros aos precedentes		299
2.18 Coisa Julgada		306
6. Conclusões		311
Referências bibliográficas		317